

Indicadores de Risco e de Proteção em Famílias Fisicamente Abusivas

Clarissa De Antoni¹

Luciana Rodriguez Barone

Sílvia Helena Koller

Universidade Federal do Rio Grande do Sul²

RESUMO – Este artigo analisa indicadores de risco e de proteção identificados em famílias com denúncia de abuso físico parental. Participaram deste estudo vinte famílias de nível socioeconômico baixo. O método de pesquisa constitui-se de entrevista semi-estruturada e inserção ecológica. Foram identificados indicadores de risco relacionados aos: 1) papéis familiares; 2) patologias; 3) práticas educativas e 4) comportamentos agressivos. Os indicadores de proteção apontam para: 1) rede de apoio social e afetiva; 2) valorização das conquistas e 3) desejo de melhoria futura. Conclui-se que os indicadores de risco são severos e diversificados, muitas vezes atuando de forma intensa no contexto familiar. Assim, podem permitir o uso de força física nas relações pais-filhos, ao mesmo tempo em que indicadores de proteção não estão suficientemente articulados para inibir tal ação. A compreensão dessa dinâmica possibilita a realização de ações educacionais e de saúde que visem a inibir e prevenir a violência intrafamiliar.

Palavras-chave: família; abuso físico; violência intrafamiliar.

Risk and Protection Indicators in Physically Abusive Families

ABSTRACT – This article analyses risk and protection factors identified in families with a history of parental physical abuse. Twenty families of low socioeconomic level participated in this study. The data were obtained through a semi-structured interview and ecological insertion. The risk indicators found were related to: 1) the different roles in the family; 2) pathologies; 3) educative practices; and, 4) aggressive behaviors. The protection indicators are related to: 1) the network of social and affective support; 2) achievements valorization; and, 3) the wish of future improvement. The conclusion is that the risk indicators are severe and diversified, acting many times on a intense way in the familiar context. Thereby, they can allow the use of physical strength in parents-children relations, at the same time that protection indicators are not totally to inhibit such action. These risk and protection indicators can be comprehended as important instruments for the analysis and implementation of educational and health actions that seek the prevention and inhibition of intrafamily violence.

Key words: family; physical abuse; intrafamiliar violence.

A violência intrafamiliar tem sido uma preocupação atual na sociedade brasileira, tanto pelo aumento em sua incidência quanto pela gravidade que revela. A gravidade da violência reside em atingir diretamente os processos desenvolvimentais em relação aos aspectos físicos, psicológicos e sociais dos seres humanos envolvidos, do sistema como um todo e da sociedade a qual esse sistema pertence.

Existem diversas formas de manifestação da violência no contexto familiar, como os abusos físico, sexual, emocional e a negligência. Muitas vezes esses abusos são sobrepostos

e multidirecionais, isso é, há manifestação simultânea dos tipos de abuso e dirigida a todos os seus membros. Apesar da proeminência dessas formas abusivas, o foco deste estudo é abuso físico parental. É conceituado como o uso de força física contra crianças ou adolescentes por parte de seus cuidadores, sejam pais adotivos ou biológicos ou outras pessoas que deveriam zelar pelo bem-estar e integridade física e emocional (Ceconello, De Antoni & Koller, 2003). Geralmente, é mais facilmente diagnosticado quando há lesões orgânicas como as cutâneas, ósseas, oculares e neurológicas provocadas por agressões físicas, queimaduras, mordidas, tapas e socos. Observa-se também que, em muitos casos, esses pretensos “cuidadores” utilizam-se de materiais que não deixam marcas físicas visíveis. Então, o relato da criança ou de testemunhas passa a ser um critério importante de avaliação para detectar a presença de atos agressivos na família (De Antoni, 2005; Koller & De Antoni, 2004).

O conceito de família na atualidade está relacionado a um grupo de pessoas que nutrem o mesmo sentimento de pertencimento e aos laços afetivos que predominam essas relações. Esse conceito difere do tradicional, voltado apenas

1 Endereço: Centro de Estudos Psicológicos sobre meninos e meninas de Rua (CEP-RUA), Instituto de Psicologia, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Rua Ramiro Barcelos, 2600, sala 104, Porto Alegre, RS, Brasil 90035-003. *E-mail:* clarissadeantoni@yahoo.com.br

2 Apoio CAPES. Este trabalho faz parte da Tese de Doutorado no PPG em Psicologia do Desenvolvimento/ UFRGS, intitulada “Coesão e hierarquia em famílias com história de abuso físico” de autoria da primeira autora com orientação da terceira. A segunda autora participou como auxiliar de pesquisa.

para a presença de laços consangüíneos e determinado grau de parentesco existente. Entretanto, neste estudo, as famílias possuem laços afetivos, consangüíneos e de parentesco.

Assim como outras manifestações da violência intrafamiliar, o abuso físico é decorrente de diversas causas e desencadeia diferentes conseqüências. Belsky (1993) salientou que a etiologia dos maus tratos deve ser considerada a partir de fatores históricos, culturais, situacionais, além de atribuídos às características dos pais e dos filhos. Em relação aos fatores históricos e culturais, o uso da força física parental revela a crença nos valores autoritários e na asserção de poder dos pais sobre os filhos. Muitas vezes, a agressão é justificada por seus membros como uma prática disciplinar de cunho punitivo praticada por meio de gerações nas famílias (Ceconello & cols., 2003). As causas situacionais estão relacionadas a eventos específicos e pontuais, como determinada etapa do desenvolvimento infantil (controle esfínteriano) ou algum acontecimento familiar (perda de emprego). Já em relação às características dos pais, por exemplo, encontram-se pais portadores de sofrimento psíquico ou que não conseguem controlar seus impulsos agressivos. Em relação às características dos filhos, aparecem portadores de necessidades especiais e de sofrimento psíquico (Ceconello & cols., 2003; De Antoni, 2005; Garbarino & Eckenrode, 1997; Oates, Ryan & Booth, 2000).

A presença do abuso físico intrafamiliar denota a fragilidade das relações e a vulnerabilidade da família. Revela também a dificuldade de vinculação dos membros no contexto familiar, com baixa coesão entre eles e estrutura hierárquica com centralização de poder na figura parental (De Antoni, 2005). Para compreender a vulnerabilidade familiar cabe conceituar risco e proteção. O termo risco tem sido utilizado, no campo da saúde mental, com o significado de estressor. O risco poderá desencadear comportamentos não esperados de acordo com sua gravidade, duração, frequência ou intensidade. Cowan, Cowan e Schulz (1996) consideram risco dinamicamente por suas implicações nas relações e resultados específicos, isso é, qualquer variável pode agir como indicador de risco em uma determinada situação. Por outro lado, a presença de indicadores de proteção serve para reduzir o efeito do risco. Segundo Eckenrode e Gore (1996), os indicadores de proteção são, geralmente, classificados em dois grupos: fatores pessoais e recursos do ambiente. Os fatores pessoais são evidenciados pelo componente biológico, como a saúde física e o temperamento e pelas experiências com o meio ambiente social, como a auto-estima e a confiança. Os recursos do ambiente são demonstrados pelas condições socioeconômicas e pela rede de apoio social e afetiva existente.

A situação de risco pode ser modificada para produzir resultados positivos ou negativos, isso é, algumas pessoas/famílias enfrentam satisfatoriamente um problema e outras não (Pianta & Walsh, 1996). Se diante de eventos de risco um indivíduo desencadeia uma doença ou o sistema familiar torna-se disfuncional, pode-se pensar que a pessoa ou a família está vulnerável naquele momento (Garnezy, 1996; Rutter, 1987). Em oposição a essa forma de lidar com os eventos estressores, Rutter (1987) descreve uma capacidade individual de superar as crises e a adversidade ou de recuperar-se delas, denominada resiliência. Walsh (1996) amplia essa visão ao

compreender a resiliência relacionada a determinado grupo, como a família, de acordo com uma visão sistêmica e em contextos ecológicos de desenvolvimento.

Este artigo identifica e analisa os indicadores de risco e de proteção em famílias denunciadas por abuso físico. Esses indicadores estão relacionados às variáveis de interação no sistema familiar e influenciam na forma com que a família lida com as adversidades existentes nesse contexto.

Método

Participantes

Participaram deste estudo 20 famílias (pai, mãe e filhos) de nível socioeconômico baixo e com histórico de abuso físico parental. A presença de abuso físico pôde ser detectada pela denúncia no Conselho Tutelar, pelo relato das equipes das instituições freqüentadas pelas famílias (hospital, escola, ONG) e pela afirmação verbal dos familiares.

Instrumentos e Procedimentos

A equipe de pesquisa realizou a inserção ecológica nos locais em que as famílias freqüentam como moradia, escola, hospital e organização não-governamental. A inserção ecológica visa a conhecer a realidade dessas famílias e a forma como interagem em diferentes ambientes e contextos. A equipe participa ativamente das atividades das organizações (diagnóstico, atendimento e avaliação dos processos) nas quais as famílias participam, além de realizarem visitas domiciliares. A inserção possibilita a realização da pesquisa no meio natural e a ocorrência de um processo de interação social, atuando como intervenção. O método da inserção ecológica é descrito detalhadamente em Ceconello e Koller (2004) e De Antoni e Koller (2004).

A partir da inserção ecológica da equipe de pesquisa nessas famílias foi possível aplicar uma entrevista semi-estruturada (De Antoni, 2005), descrever o ambiente em que elas vivem e captar unidades de sentido nos seus relatos para ilustrar os aspectos de risco e proteção percebidos e presentes nesses contextos. A entrevista, por exemplo, investigou diversos aspectos, como as características pessoais dos membros familiares, as interações pelas práticas educativas e os estilos parentais, os eventos de vida, as condições e qualidade de vida, a rede de apoio social, afetiva e de serviços e as expectativas futuras. Os dados obtidos especificamente por meio dessa entrevista foram submetidos à análise de conteúdo (Bardin, 1977) e categorizados em unidades de sentido.

Este estudo seguiu as determinações éticas da Resolução Nº 016/2001 do Conselho Federal de Psicologia. Envolveu também o treinamento da equipe de pesquisa, o consentimento livre e esclarecido das instituições e pessoas participantes e a aprovação pela Comissão de Ética da Universidade.

Resultados e Discussão

Os resultados discutidos neste texto estão relacionados às variáveis de interação, isso é, variáveis associadas às ações recíprocas entre duas ou mais pessoas no sistema familiar. Pela identificação de fatores intra e extrafamiliares existen-

ter nesse contexto, essas variáveis foram categorizadas em indicadores de risco e de proteção. Os indicadores de risco foram descritos como potencializadores da manifestação do abuso físico parental e os de proteção como aqueles que podem impedir ou amenizar a manifestação da violência. Esses indicadores foram analisados de forma dinâmica, isso é, por meio da associação entre diversos fatores existentes e verificados em sua intensidade, frequência, duração e gravidade. Assim, os indicadores encontrados nessas famílias podem ser entendidos como causa e consequência da violência, e foram analisados a partir disso (De Antoni, 2005; Koller & De Antoni, 2004).

Indicadores de Risco

Foram identificadas quatro categorias referentes aos indicadores de risco nas famílias deste estudo. Apareceram relacionadas ao: 1) papel familiar; 2) patologias; 3) práticas educativas; e 4) comportamentos agressivos no relacionamento familiar. As condições socioeconômicas também são vistas como fatores de risco, no entanto não serão alvo de discussão neste artigo. A Tabela 1 apresenta os indicadores de risco para a violência encontrados nas famílias dessa amostra.

Os indicadores de risco relacionados aos *Papéis Familiares* indicam as formas como são desempenhados os papéis esperados no contexto familiar, como o de mãe, pai, filho e

irmão. Ainda persiste na sociedade brasileira uma idealização sobre os papéis familiares, como o da mãe ser responsável pela educação e criação dos filhos e do pai o provedor financeiro. No entanto, no cotidiano familiar, os papéis estão sobrepostos e não são tão nítidos assim (Szymanski, 1998). Então, em *Papéis Familiares* aparecem: gravidez na adolescência, não reconhecimento da paternidade, interferência da sogra, sobrecarga de papéis e a adolescência dos filhos.

A maternidade (65%) e a paternidade (15%) na adolescência é um fator de risco nessas famílias. Entende-se adolescente aquele jovem entre 12 a 18 anos (Estatuto da Criança e do Adolescente, 1990). A maternidade na adolescência é uma questão explorada vastamente na literatura sobre o tema e aparece como fator de risco para os maus tratos (Cecconello & cols., 2003). O principal aspecto mencionado é que a maioria das adolescentes não está preparada emocionalmente para assumir responsabilidades relativas aos cuidados de outro ser humano, assim o risco para a negligência, por exemplo, é alto. Também o desconhecimento sobre si, sobre responsabilidades e o desenvolvimento infantil podem levar a atos abusivos intencionais ou não, como bater na boca do bebê para ele não chorar ou salgar a comida do infante. Já na paternidade, o risco maior é do abandono à criança, pois os adolescentes, quando assumem sua paternidade, denotam ser prestativos, carinhosos e cautelosos para com seus filhos (Levandowski, De Antoni, Koller & Piccinini, 2002).

Tabela 1. Indicadores de risco para a violência nas famílias pesquisadas (frequências múltiplas).

Fatores de Risco	Frequência	Porcentagem (%)
1) Papéis Familiares		
Maternidade na adolescência	13	65
Paternidade na adolescência	3	15
Pai não registrou um dos filhos/ Não reconhece a paternidade	4	20
Sobrecarga de papéis da mãe	10	50
Sobrecarga de papéis de um filho	6	30
Adolescência dos filhos	7	35
Interferência da sogra	3	15
2) Patologias		
Alcoolismo	8	40
Depressão/ descontrole emocional	6	30
Portadores de necessidades especiais	4	30
Usuários de drogas ilícitas	3	15
Portadores de HIV	2	10
3) Práticas Disciplinares Ineficazes		
Falta de limites dos filhos	10	50
Prática disciplinar divergente entre os pais	8	40
Crença: punição física é para educar o filho	8	40
4) Comportamentos agressivos		
Violência conjugal	14	70
Violência transgeracional	13	65
Relação agressiva entre pai-filhos	9	45
Relação agressiva entre mãe-filhos		40
Conflito com a lei	8	40

O fato do pai não registrar o filho (20%) denota a desconfiança sobre sua paternidade e a fragilidade do vínculo conjugal. Embora atualmente exista um método de investigação biológica eficaz em seu resultado de paternidade, este ainda não é acessível a todos pelo alto investimento financeiro. Então, não reconhecer a paternidade pode tornar-se um risco, principalmente quando o pai trata diferente essa criança dos demais filhos (abuso emocional) ou abusa fisicamente da mesma ou da esposa. De acordo com o depoimento de uma mãe: *“Até os três anos ele (pai) não registrou o Renato, porque ele dizia que o guri nasceu com olho azul, até hoje ele tem olho clarinho. Que ele não era o pai do guri. Ele surrava eu e o guri, e dizia: Conta guri quem é o teu pai!”*.

Outro aspecto relevante diz respeito à sobrecarga de papéis, isso é, o desempenho de diversas atividades que, se não forem bem administradas, podem gerar angústia ou negligência. A mãe (50%) que trabalha, estuda, cuida dos afazeres domésticos e da educação dos filhos é um exemplo típico. Essa sobrecarga é compreendida como fator de risco quando as demandas são maiores que a capacidade da mãe em supri-las. Assim, a mãe pode vivenciar situações de estresse graves que a levam a ter baixa tolerância para com as atividades diárias. A sobrecarga do papel do filho (30%) envolve atividades exigidas pelos pais que vão além das esperadas para uma criança, ou seja, estudar e brincar. As crianças e adolescentes são responsáveis pelo cuidado da casa e dos irmãos, assumindo um papel de cuidador ao invés de serem cuidados. Exemplo da fala de uma mãe sobre o menino de 11 anos, deficiente visual, o mais velho dos seus quatro filhos: *“É uma criança que sempre participou em tudo com relação à dentro de casa. Como a dificuldade é muita, então ele tomava conta das crianças pra eu poder trazer o que comer. Ele é muito responsável nessas coisas de cuidar de crianças”*.

A fase de adolescência do filho (35%) pode se tornar um risco, pois muitos pais informam não saber lidar com essa fase do desenvolvimento, seja por desconhecimento, incompreensão ou intolerância sobre as mudanças físicas e emocionais dos filhos. Bee (1997) aborda que o ingresso na adolescência é uma das fases mais propensas ao abuso físico parental, pois geralmente os adolescentes tendem a confrontar ordens e regras estabelecidas e os pais usam de força física como recurso para impor sua vontade e tentar controlá-los.

A interferência da sogra (15%) na família nuclear é um fator apontado como de risco para a violência, pois as famílias alegam que algumas discussões iniciam justamente pela atitude opinante da sogra sobre as relações e problemas familiares. Exemplo de uma mãe, quando questionada sobre algum evento traumático: *“A minha sogra, ela quer controlar, saber tudo. Ela se mete”*.

A categoria *Patologias* envolve a presença de “doenças ou sintomas” que podem influenciar as interações familiares pela forma como são conduzidas e não tratadas. Aparecem familiares usuários de álcool e drogas ilícitas, depressão/descontrole emocional, portadores de necessidades especiais e de HIV (Síndrome de Imunodeficiência Adquirida).

Estudos sobre comportamento agressivo de pais para com seus filhos apontam como possível causa a presença de psicopatologias, sendo as mais citadas a conduta anti-social

e a adição de drogas, incluindo o álcool (Kashani & Allan, 1998; Williams, 2002). De acordo com Kashani e Allan (1998), existem modelos etiológicos sobre a violência intrafamiliar que revelam que pais abusivos sofrem de alguma psicopatologia. Os diagnósticos mais encontrados são as desordens cognitivas, desordens de personalidade anti-social e comportamentos psicóticos. O Transtorno de Personalidade Anti-Social, segundo o DSM-IV, *“é um padrão de desconsideração e violação dos direitos dos outros”* (p. 593). No CID-10, esse transtorno caracteriza-se por atitudes irresponsáveis e desrespeito de regras e normas sociais, insensibilidade em relação aos sentimentos alheios, dificuldades em manter relacionamentos, baixa tolerância à frustração e baixo limiar para descarga de agressão (incluindo violência), entre outras características. Os comportamentos psicóticos (presentes em diferentes diagnósticos) estão associados, de forma geral, a presença de delírios, alucinações ou outros comportamentos como *“excitação e hiperatividade grosseiras, retardo psicomotor marcante e comportamento catatônico”* (CID-10, p. 3). No exemplo do pai de uma das famílias pesquisadas, sobre o comportamento de sua esposa, aparece o seguinte relato: *“Ela irrita a pessoa, ela encontra motivos e pretextos pra brigar. Ela perde totalmente o controle. Ela não admite, ela perde o controle, é violenta”*.

A questão sobre o uso de drogas ilícitas e álcool está presente no DSM-IV nos transtornos relacionados a substâncias. Tanto na relação de dependência ou de abuso, considera-se que freqüentemente há o desencadeamento de problemas legais, sociais e interpessoais. Entre essas dificuldades estão a negligência em relação aos filhos e às atividades domésticas, conflitos conjugais, agressões e lutas corporais ou verbais. Kashani e Allan (1998) criticam a visão simplista da análise correlacional entre violência familiar/agressão e o uso de álcool. Enfatizam que os efeitos do álcool são potencializados por outros fatores de risco, como baixa auto-estima, papéis familiares, entre outros aspectos. O álcool pode gerar comportamentos agressivos, no entanto, estudos sobre uso de álcool e o abuso físico não são conclusivos (Rosenbaum, Gerean & Warnken, 2000; Williams, 2002). Os usuários nessas famílias são homens e estes podem se tornar agressivos ou negligentes, segundo relato das famílias pesquisadas, pelo contínuo uso de bebidas alcoólicas. Relato de um marido: *“Já tive brigas incríveis, um dia eu cheguei da rua depois de beber, ela me irritou e eu joguei a cadeira em cima dela”*.

Sintomas relacionados à Depressão e ao Descontrole Emocional foram relatados por 30% das famílias estudadas. Inclusive os familiares usam esses termos e referem ter um diagnóstico prévio psiquiátrico que prescreve o uso de medicação específica. No entanto, o tratamento medicamentoso nem sempre é utilizado. Esses quadros podem ser compreendidos a partir da classificação presente no CID-10 em Transtornos de Humor. Em ambos, há uma alteração do humor ou do afeto, freqüentemente para a depressão ou mania (elação). Nos episódios maníacos, o humor está elevado e há um aumento na quantidade e na velocidade da atividade física e mental, havendo diferentes intensidades e freqüências (o que caracteriza o diagnóstico do transtorno especificamente). Também pode se caracterizar por agressividade, *“irritabilidade, comportamento presunçoso e gros-*

seiro” (p. 111), podendo resultar em agressão e violência de acordo com a intensidade. Na depressão (em graus leve, moderado ou grave), o humor está deprimido, havendo a perda de interesse e prazer, a redução da energia, cansaço e diminuição da atividade. Outros sintomas característicos são: alteração no sono e apetite, baixa auto-estima, pessimismo, dificuldade de concentração, entre outros.

A presença de crianças portadoras de necessidades especiais nessas famílias torna-se um fator de risco pela incapacidade de alguns pais em lidar com as diferenças, ao mesmo tempo em que essas crianças possuem menos condições de autodefesa contra os maus tratos sofridos. Por outro lado, todas as crianças portadoras de necessidades especiais da amostra estavam vinculadas a alguma instituição específica de atendimento, favorecendo assim a formação de uma rede de proteção.

Duas famílias relatam que o casal é portador do vírus HIV. Essas famílias falam sobre a discriminação sofrida, levando-os a esconderem da vizinhança o fato. Os filhos também desconhecem a doença dos pais. A discriminação e o segredo em relação à doença pode ser um fator de estresse para os pais que, além de estarem engajados em um tratamento contínuo e sem perspectivas de cura, têm que lidar com o sofrimento advindo deste.

A categoria *Práticas Disciplinares Ineficazes* está relacionada às atitudes e aos comportamentos dos pais que visem à educação e à criação de seus filhos, como: a imposição de limites, o cumprimento de regras e a submissão dos filhos aos desejos dos mesmos. Constatou-se nas entrevistas que muitos casais divergem entre si em relação às práticas educativas. Enquanto um deles é mais permissivo e tolerante em relação às atitudes do(a) filho(a), o outro é rígido e exigente em relação ao comportamento do companheiro, muitas vezes cobrando uma atitude mais agressiva e impositiva. Exemplo de uma mãe: -“*Ele (o marido) me cobra muito isto, diz que eu grito demais, falo demais, ao invés de bater.*” Ou o do marido que fala para a esposa: -“*Teus filhos vão tomar conta, tu não surra, nem põe de castigo, tu não sabe ser mãe.*” Ou a mãe que fala sobre a atitude do marido: -“*Ele (pai) não dá um tapa nas crianças, se dependesse dele pra dar educação pras meninas não teriam educação, e ele fica brabo quando eu dou.*”

Observou-se, também, que há casais que sentem necessidade em desvalorizar a atitude do outro, e desautorizam iniciativas alheias, mandando mensagens contraditórias para os filhos. A maioria desses pais está confusa em relação às práticas educativas mais eficazes, por exemplo: -“*Se tu dá carinho demais, se passam; se tu bates, não dá. Eu sinceramente não sei o que fazer.*” Ou ambivalentes aos sentimentos gerados após o uso da força física. Uma filha de 10 anos relata: -“*Se a mãe bate em nós de cinta, depois ela vem de chamego.*” Por sua vez, sua mãe reafirma esta atitude: -“*Se dou umas cintadas, começa a me apertar o peito, eu abraço ela (a filha) e fico passando mal.*”

Todas as famílias participantes deste estudo descrevem o uso de castigos. Os mais utilizados são os restritivos, como proibir os filhos de assistir à televisão, de brincar ou de sair para a rua. Também podem proibir a criança ou adolescente de fazer algo que goste, por exemplo: visitar um parente ou amigos. Exemplo de uma criança de 6 anos: -“*O pai dá um*

xingão e põe de castigo (...) ele bota no quarto e não pode sair. Se nós sair de lá, nós apanha de novo.”

As reações dos filhos frente às atitudes agressivas dos pais são variadas. Os pais alegam que quando pretendem estabelecer o diálogo, os filhos não demonstram reciprocidade, por exemplo: -“*Não estão nem aí pro que a gente fala*” (pai). Quando há imposição corporal, os filhos, principalmente as crianças, ficam com medo, choram, vão para o quarto ou outro local distante do agressor. Os pais revelam que os filhos, na maioria das vezes, voltam a repetir o comportamento que levou à imposição corporal. Os adolescentes, no entanto, tendem a enfrentar a situação, como no caso de uma mãe que revelou o medo de ser agredida pelo filho de 14 anos, quando tentou bater nele: -“*Fui dar um tapa, ele me pegou nos braços. Ele é mais forte e eu me assustei.*”

Os pais enfrentam um desafio constante em relação às práticas disciplinares. Os modelos aplicados em suas famílias de origem, como a punição corporal, são contestados pela sociedade atualmente e passíveis de intervenção jurídica (ECA, 1990). Muitos pais alegam não gostar de bater, exemplo de um pai: -“*Eu não gosto de bater, mas às vezes eu dou uns puxões de orelha nele.*” Parece que alguns pais tentam encontrar formas de colocar limites, seja pela imposição verbal ou corporal, mas sem êxito, exemplo de uma mãe que relata estratégias malsucedidas para lidar com o filho: -“*Surrar não adianta. Eu fico gritando: G. pára, pára! Pareço uma louca, daí ele pára e volta tudo de novo. Se eu dou uma chinelada nele, ele chora aquele pouquinho e faz a mesma coisa*” ou o exemplo de um pai: -“*Eu procuro dialogar mais, para não partir pra coisas mais dramáticas. Já cheguei a dar umas chineladas e coloco de joelhos, às vezes.*” Além disso, alguns pais apresentam uma crença que bater é a melhor forma de educar, como uma mãe: -“*Às vezes, eu tenho que dar pra educar elas.*” Romper com esse padrão exige uma mudança em termos macrossistêmicos, isso é, uma mudança de cultura que envolva uma conscientização sobre educação e desenvolvimento infantil.

Em *Comportamentos Agressivos* observou-se que as interações são marcadas por atos violentos. Cerca de 40% das famílias alegaram na entrevista a existência de violência nas díades pai-filho e mãe-filho. Além disso, 70% das famílias afirmaram ter violência conjugal. Burgess, Leone e Kleinbaum (2000) apontam que 40% das crianças vítimas de abuso físico são testemunhas das agressões conjugais, e isso pode contribuir para a vulnerabilidade da criança. O desgaste causado pelas desavenças entre o casal pode reduzir sua atenção sobre as necessidades emocionais e físicas do filho. Assim, os pais se tornam menos consistentes e efetivos em sua parentalidade, colocando os filhos em segundo plano. Para Minuchin e Fishman (2003), o subsistema conjugal é vital para o crescimento dos filhos, pois apresenta um modelo de como são estabelecidas as relações de intimidade, isso é, a criança aprende meios de expressar seu afeto, de se relacionar com um parceiro e de lidar com conflitos de iguais. Portanto, as crianças que são testemunhas da violência conjugal podem desenvolver em suas interações futuras o mesmo modelo aprendido em sua infância.

A violência transgeracional está relacionada à experiência de abuso físico desses pais em suas famílias de origem. Das famílias pesquisadas, 65% dos pais comentaram esponta-

neamente a respeito dos maus tratos sofridos em suas vidas por seus pais ou cuidadores. Exemplo de um pai: -“*Meu pai falava uma vez, na segunda batia, não adiantava tentar explicar!*”. De acordo com Kashani e Allan (1998), há um corpo teórico que busca explicar a premissa de que pais abusivos foram vítimas de abuso em suas infâncias, afirmando um modelo conceitual que aborda o ciclo da violência ou ciclo do abuso. A teoria da aprendizagem social, por exemplo, salienta o processo vicário, isso é, que por um processo de modelagem as técnicas de parentalidade são aprendidas com os próprios pais. Ceconello e cols. (2003) realizaram uma revisão da literatura sobre as práticas educativas e sua transmissão entre as gerações e constataram que as experiências dos pais em suas famílias de origem podem tornar-se risco para a perpetuação da violência, principalmente quando as pessoas envolvidas não percebem a gravidade dos atos aos quais foram expostos como testemunhas ou vítimas, e os repetem na próxima geração.

Conflitos com a lei referem-se a situações que envolvam contravenções. Três pais assumiram que cumpriram aprisionamento penal: dois em função de homicídio e um por roubo e porte ilegal de arma. A gravidade desses crimes pode indicar alto nível de agressividade dos pais e os riscos a que estão sujeitas essas crianças de sofrerem ou testemunharem atos violentos. Os demais envolvimento e conflitos com a lei que essas famílias vivenciaram estão relacionados às brigas conjugais que ocasionaram a intervenção da polícia militar e estão registrados no boletim de ocorrência em delegacias especializadas.

Indicadores de Proteção

Foram encontradas três categorias em indicadores de proteção: 1) rede de apoio social e afetivo e a rede de servi-

ços; 2) valorização das conquistas e 3) desejo de mudança. A Tabela 2 apresenta os fatores de proteção.

A *Rede de Apoio* está relacionada a um conjunto de locais e pessoas no qual as famílias buscam algum tipo de apoio e auxílio, sejam emocional, moral ou financeiro. As famílias participantes da pesquisa (75%) citaram locais ou instituições nas quais recebem algum tipo de apoio e que frequentam assiduamente ou eventualmente e que formam a rede de serviços que usufruem como hospital, posto de saúde, conselho tutelar, ONG, entre outros. O apoio social, segundo Brito e Koller (1999), refere-se a um conjunto de sistemas ou de pessoas significativas que fazem parte de uma rede de relacionamentos. A falta de uma rede de apoio social pode resultar no isolamento da família, principalmente aquelas que vivem em comunidades sem recursos. Isolamento social é ter poucos amigos, não se relacionar com vizinhos ou parentes e não ter acesso a serviços de saúde e sociais (Burgess & cols., 2000). De acordo com Belsky (1993), uma rede de apoio social eficaz e fortalecida em uma comunidade pode ser protetiva frente a eventos estressantes e contribuir para o bem-estar físico e emocional das pessoas. Cerca de 60% das famílias pesquisadas citaram como indicadores de proteção a presença da rede de apoio social. No entanto, em relação à vizinhança, a maioria das famílias (55%) informa manter um bom relacionamento, mas sem intimidade. Apenas cumprimentam e auxiliam quando solicitados. Por outro lado, 25% afirmam haver desavenças entre seus vizinhos e o rompimento dessas relações sociais. A religiosidade foi citada por 25% das famílias. Walsh (1996) descreve a religiosidade como um fator de proteção, pois fornece ou desenvolve valores morais e espirituais que proporcionam à pessoa se sentir com coragem, muitas vezes necessária para lidar com o sofrimento vivenciado.

Tabela 2. Fatores de proteção para a violência encontrados nas famílias.

Fatores de Proteção	Frequência*	Porcentagem (%)
1) Rede de apoio		
Rede de serviços	15	75
Rede de apoio social	12	60
Religiosidade	5	25
2) Sentimentos de valorização		
De uma qualidade do Filho	11	55
Dos estudos	9	45
Da moradia	7	35
Do trabalho	4	20
3) Desejos		
Filhos melhorem de vida	11	55
Segurança dos filhos	6	30
Final da violência	5	25

Nota: Frequência*= Frequências múltiplas

Os *Sentimentos de Valorização* são vistos como indicadores de proteção, pois favorecem o incremento da auto-estima da família e dos seus membros. A valorização do trabalho e dos estudos pode auxiliar aos filhos a perceberem a formação profissional e acadêmica como conquistas no futuro. Orgulho de uma qualidade do filho (55%) também é um fator protetivo à medida que os filhos podem se sentir amados e, assim, desenvolver sua auto-eficácia. Exemplo de uma mãe sobre a filha: -“Ela é dez. Ela é inteligente no colégio, faz as coisas que mandam. Ela é ótima, gosta de brincar. Só é arteira”.

Valorizar a moradia, apesar da sua precariedade física, pode demonstrar a existência de um senso de pertencimento a um lugar, ao sentimento de segurança advindo da idéia de usufruírem desse espaço físico e à necessidade de cuidarem ou preservarem esse ambiente. Para Bronfenbrenner (1979/1996), a percepção que a pessoa tem sobre seu ambiente é mais importante do que as características objetivas do mesmo, pois a pessoa em desenvolvimento interage com outras pessoas, símbolos e objetos a partir de suas vivências. A casa é um espaço de convivência onde as pessoas se sentem protegidas dos perigos externos. O fato de as famílias valorizarem sua moradia pode revelar-se como um indicador de proteção à medida que favorece o bem-estar dos moradores. Além disso, essas famílias não dispõem de bens materiais e adquirir e manter uma casa é algo conquistado diariamente com dificuldades.

A subcategoria *Desejo de mudança* está relacionada às expectativas futuras dos familiares de que os filhos melhorem de vida (55%), haja segurança para os filhos (30%) e ocorra o término da violência intrafamiliar (25%). Esses aspectos são compreendidos como indicadores de proteção porque revelam um desejo de melhoria na qualidade de vida e em suas relações. Para Walsh (1996), otimismo e esperança são descritos como características que auxiliam a desenvolver a resiliência em famílias, principalmente aquelas marcadas por tantos fatores de risco. Esses sentimentos ajudam às pessoas a terem objetivos para suas vidas, elaborarem projetos futuros, além de incrementar a crença de que haverá mudanças positivas. O otimismo e a esperança são mais evidentes em pessoas cuja interação com seu meio ambiente e com outras pessoas envolve bom humor, solidariedade e tranqüilidade. Ao contrário disso, pessoas que não são otimistas podem demonstrar um senso de desespero frente às adversidades, impedindo que as enfrentem de forma realista e estando vulneráveis ao desenvolvimento de doenças.

Considerações Finais

A presença de graves e freqüentes indicadores de risco nas famílias pesquisadas pode revelar que o abuso físico é uma forma de manifestação da fragilidade dessas interações. Ainda que alguns indicadores de proteção estejam operando nessas famílias não parecem ser suficientes para inibir a presença da violência. Assim, para prevenir o aumento da incidência do abuso físico parental, políticas públicas que fomentem ações voltadas para a saúde, educação, desenvolvimento social devem ser implementadas. Assim como as causas são diversas, as resoluções dessa problemática são complexas e multidirecionais. Podem envolver o planejamento familiar, evitando a maternidade e paternidade na

adolescência; a realização de terapia familiar, com o intuito de trabalhar os papéis familiares; a educacional, envolvendo o conhecimento sobre outras práticas educativas que não sejam punitivas corporalmente e culturais, que trabalhem a crença na paz. Fazem-se necessárias também ações que estruturem a rede de apoio dessas famílias, valorizem suas conquistas e tornem possíveis as realizações de seus desejos.

Referências

- Bardin, L. (1977). *Análise de conteúdo*. Lisboa: Edições 70.
- Bee, H. (1997). *O ciclo vital*. Porto Alegre: Artes Médicas.
- Belsky, J. (1993). Etiology of child maltreatment: A developmental-ecological analyses. *Psychology Bulletin*, 114(3), 413-434.
- Brito, R. C. & Koller, S. H. (1999). Desenvolvimento humano e redes de apoio social e afetivo. Em A. M. Carvalho (Org.), *O mundo social da criança: Natureza e cultura em ação* (pp. 115-129). São Paulo: Casa do Psicólogo.
- Bronfenbrenner, U. (1996). *A ecologia do desenvolvimento humano: experimentos naturais e planejados*. Porto Alegre: Artes Médicas. (Trabalho original publicado em 1979)
- Burgess, R. L., Leone, J. M. & Kleinbaum, S. (2000). Social and ecological issues in violence toward children. Em R. Ammerman & M. Hersen (Orgs.), *Case studies in family violence* (pp. 15-38). New York: Kluwer.
- Cecconello, A., De Antoni, C. & Koller, S. H. (2003). Práticas educativas, estilos parentais e abuso físico no contexto familiar. *Psicologia em Estudo*, 8, 45-54.
- Cecconello, A. & Koller, S. H. (2004). Inserção ecológica na comunidade: Uma proposta metodológica para o estudo de famílias em situação de risco. Em S. H. Koller (Org.), *Ecologia do desenvolvimento humano: Pesquisa e intervenção no Brasil* (pp. 267-291). São Paulo: Casa do Psicólogo.
- Organização Mundial da Saúde (1993). *CID-10 - Classificação de Transtornos Mentais e de Comportamento: Descrições Clínicas e Diretrizes Diagnósticas*. Porto Alegre: Artes Médicas.
- Cowan, P. A., Cowan, C. P. & Schulz, M. (1996). Thinking about resilience in families. Em E. M. Hetherington & E. A. Blechmann (Orgs.), *Stress, coping, and resilience in children and families* (pp. 1-38). New Jersey: Lawrence Erlbaum.
- De Antoni, C. (2005). Coesão e hierarquia em famílias com história de abuso físico. Tese de Doutorado, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre.
- De Antoni, C. & Koller, S. H. (2004). A pesquisa ecológica sobre violência no microsistema familiar. Em S. H. Koller (Org.), *Ecologia do desenvolvimento humano: Pesquisa e intervenção no Brasil* (pp. 267-261). São Paulo: Casa do Psicólogo.
- Associação de Psiquiatria Americana (1995). *DSM-IV - Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais* (4ª ed. Revisada). Porto Alegre: Artes Médicas.
- Eckenrode, J. & Gore, S. (1996). Context and process in research on risk and resilience. Em N. Garnezy, R. J. Haggerty, M. Rutter & L. Sherrod (Orgs.), *Stress, risk, and resilience in children and adolescents* (pp. 19-63). Cambridge: Cambridge University Press.
- Estatuto da Criança e do Adolescente (1990). *Diário Oficial da União. Lei nº8069*, de 13 de julho de 1990, Brasília, DF.
- Garbarino, J. & Eckenrode, J. (1997). *Understanding abusive families: Ecological approach to theory and practice*. San Francisco: Jossey-Bass.

- Garnezy, N. (1996). Reflections and commentary on risk, resilience, and development. Em R. Haggerty, N. Garnezy & M. Rutter (Orgs.), *Stress, risk, and resilience in children and adolescents* (pp. 1-15). New York: Cambridge University Press.
- Kashani, J. H. & Allan, W. D. (1998). The impact of family violence on children and adolescents. Em A. Kazdin (Editor série) & J. Kashani (Editor volume), *Developmental clinical psychology and psychiatry*. Thousand Oaks: Sage.
- Koller, S. H. & De Antoni, C. (2004). Violência intrafamiliar: Uma visão ecológica. Em S. H. Koller (Org.), *Ecologia do desenvolvimento humano: Pesquisa e intervenção no Brasil* (pp. 293-310). São Paulo: Casa do Psicólogo.
- Levandowski, D., De Antoni, C., Koller, S. H. & Piccinini, C. (2002). Paternidade na adolescência e os fatores de risco e de proteção para a violência na interação pai-criança. *Interações*, 7(13), 77-100.
- Minuchin, S. & Fishman, H. C. (2003). *Técnicas e terapias familiares*. Belo Horizonte: Artemed.
- Oates, R. K., Ryan, M. & Booth, S. M. (2000). Child physical abuse. Em R. Ammerman & M. Hersen (Orgs.), *Case studies in family violence* (pp. 133-176). New York: Plenum.
- Pianta, R. C. & Walsh, D. (1996). High-risk children school: Constructing, sustaining relationships. New York: Routledge.
- Rosenbaum, A., Gearan, P. & Warnken, W. (2000). The ecology of domestic aggression toward adult victims. Em R. Ammerman & M. Hersen (Orgs.), *Case studies in family violence* (pp. 39-61). New York: Plenum.
- Rutter, M. (1987). Psychosocial resilience and protective mechanisms. *Journal of Orthopsychiatry*, 57, 316-331.
- Szymanski, H. (1998). Significados de família. Em G. Loch & M. A. Yunes (Orgs.), *A família que se pensa e a família que se vive* (pp. 9-17). Rio Grande: FURG.
- Walsh, F. (1996). The concept of family resilience: Crisis and challenge. *Family Process*, 35, 261-281.
- Williams, J. J. (2002). Violence among children. Em A. Giardino & E. Giardino (Orgs.), *Recognition of child abuse for the mandated report* (pp. 109-135). St. Louis: G. W. Medical.

Recebido em 01.02.2006

Primeira decisão editorial em 20.04.2006

Versão final em 30.04.2006

Aceito em 26.01.2007 ■

**V JORNADA INTERNACIONAL E III CONFERÊNCIA
BRASILEIRA SOBRE REPRESENTAÇÕES SOCIAIS**
**Tema: Interdisciplinaridade e Diversidade
de Paradigmas**

Local: Brasília-DF

Período: 31 de julho a 03 de agosto de 2007

Realização:

Universidade de Brasília

Université de Genève

Informações e inscrição:

www.gosites.com.br/vjirs

secretaria@vjirs.com.br